



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Democracia, participação e movimentos sociais

Direitos sociais, segmento negro e governos Lulas: aproximações críticas

Adrianyce A. Silva de Sousa¹

Vanice Hilário Ferreira²

Rayane da Silva Oliveira Damasceno³

Resumo: A partir da abordagem materialista histórica, analisamos como a pauta democrática presente na estratégia democrático-popular, comparece nos governos Lula impactando no atendimento aos direitos sociais voltados para o segmento negro nas áreas que receberam, do próprio governo, maior atenção e visibilidade pública, a saber: educação e saúde no período (2002-2010).

Palavras-chave: estratégia democrático-popular; governos Lula; direitos sociais; políticas públicas; segmento negro.

Social rights, the Black movement, and the Lula governments: critical approaches

Abstract: From the historical materialist approach, we analyze how the democratic agenda present in the democratic-popular strategy appears in the Lula governments, impacting the fulfillment of social rights aimed at the Black population in the areas that received the greatest attention and public visibility from the government itself, namely: education and health during the period (2002–2010).

Keywords: democratic-popular strategy; Lula governments; social rights; public policies; black segment.

1. Introdução

O presente artigo busca tratar da realização da estratégia democrático-popular nos dois primeiros governos Lula (2002-2010). Nosso pressuposto é de que no governo Lula a estratégia democrático-popular se realiza por meio de uma democracia de cooptação cujas consequências são de grande impacto nas formas de enfrentamento do proletariado frente à luta de classes, e de pautas como a do segmento negro esvaziando

¹ Professora Doutora da Escola de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense. Coordenadora do Núcleo Interinstitucional de estudos e pesquisas sobre Teoria Social, Trabalho e Serviço Social – NUTSS. Bolsista Produtividade em Pesquisa nível 02 CNPq. Email: adrianyce@gmail.com.

² Graduanda em Serviço Social. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ nesta pesquisa. Pesquisadora no Núcleo Interinstitucional de estudos e pesquisas sobre Teoria Social, Trabalho e Serviço Social – NUTSS. Email: vanicehilario@id.uff.br

³ Graduanda em Serviço Social. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ. Pesquisadora no Núcleo Interinstitucional de estudos e pesquisas sobre Teoria Social, Trabalho e Serviço Social – NUTSS. Email: rayanedamasceno@id.uff.br

perspectivas mais críticas face a democracia burguesa. Particularmente indagamos como se expressa nas ações dos Governos Lula voltados para o segmento negro na área da educação e saúde a estratégia democrático popular em sua ênfase democrática?

A pesquisa bibliográfico-documental, que subsidia as reflexões desse artigo, está sendo realizada em duas etapas: a primeira fase da pesquisa bibliográfica, envolvendo textos sobre estratégia democrático-popular, Partido dos Trabalhadores, capitalismo dependente e formação econômica e socio histórica brasileira; democracia; a formação da classe trabalhadora e suas lutas, as pautas do segmento negro; a etapa seguinte da pesquisa é documental e envolvendo o levantamento dos no Programa de bolsas (2004) (integral e parcial) para a população de baixa renda ligado ao Programa Universidade para Todos (PROUNI); Programa Educação Quilombola (2004); Programa Diversidade na Universidade PIC (2004); Projeto Gênero e Diversidade na Escola (2004); Programa de Ações Afirmativas (2008) para a população Negra nas instituições Federais e Estaduais de Educação Superior; Brasil Afroatitude (2004); Plano Nacional de Saúde (2004); Programa Nacional de Combate ao Racismo Institucional no SUS (2004); População Negra e AIDS (2005) e Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (2007). A ênfase na área da saúde e educação deve-se a própria prioridade que assume no Governo. O que apresentamos neste material são os resultados das análises já desenvolvidas.

Nesse sentido, destacamos que aprofundar estudos acerca da relação entre a estratégia democrático-popular e, a ênfase democrática, presente nos Governos Lula e, seus impactos para o atendimento dos direitos sociais voltados ao segmento negro, ganha relevância e atualidade face os processos históricos vivenciados na particularidade brasileira atual e o resultado eleitoral de 2022 que reconduziu ao Palácio do Planalto o presidente Lula.

2, Estratégia democrático popular nos Governos Lula: retomando fundamentos

A ditadura instaurada em abril de 1964 inaugura um novo ciclo político na dominação burguesa no Brasil, perdurou por cerca de 20 anos, esgotando-se na entrada dos anos de 1980, sendo obrigada pela pressão dos movimentos democráticos a pactuar a sua substituição por um regime político formalmente democrático.

Do ponto de vista da reação à ditadura, a reinserção da classe operária na disputa política, capitaneadas pelos trabalhadores do setor metalúrgico na segunda metade dos anos de 1970, opera uma viragem no processo político. Passam a operar, por assim dizer, na consciência de classe, novas tarefas práticas em seu antagonismo com a classe dominante. E, é nesse quadro e sob a influência contraditória dessas configurações que se cria o Partido dos Trabalhadores/PT, como o partido para o qual passam a convergir parte dessas demandas que foram aglutinadas num amplo e complexo campo posteriormente instituído como a estratégia democrático-popular: luta pelas liberdades democráticas, pela ampliação dos canais de participação na sociedade civil e pelas realizações sociais que até então a burguesia nacional não tinha efetivado.

Segundo Marques (2015), por "Estratégia Democrático-Popular" vamos compreender o principal debate tático-estratégico construído pela classe trabalhadora após o fim do ciclo autocrático-burguês – entre as décadas de 1970 e 1980 – e que segue confiante entre parte significativa dos movimentos sociais brasileiros até os dias de hoje. O sentido da alternativa Democrático-Popular se daria justamente na perspectiva de construção de uma estratégia "democrática, popular e anti-imperialista" hegemônica pelos trabalhadores, através de duas ações concomitantes: a atuação de massas no âmbito das ruas e a ocupação de cargos da administração pública no âmbito do Estado.

Assim, neste processo, como parte dessa “nova esquerda” e da estratégia democrático-popular, uma ênfase democrática irá assumir centralidade no PT e nos governos petistas.

A eleição de Lula 2002, explicitou essa transição programática quando ao invés de manter a crítica e resistência à orientação macroeconômica do período que lhe precede, efetivou-se um outro receituário: superar a vulnerabilidade externa através do aumento e melhora na qualidade das exportações e a substituição competitiva das importações, ambas voltadas a valorizar o agronegócio e a agricultura familiar; recuperar a capacidade de investimento público e da redistribuição de renda. Em síntese, o governo Lula, lançava as bases para um novo contrato social via o compromisso pela produção, pelo emprego e por justiça social.

Neste contexto, como bem expresso por Mansur (2021), a estratégia democrático-popular é realizada, mas também metamorfoseada, e, a democracia tomada como historicamente intimidada para seu desenvolvimento, tornando necessário “superar

a inviável hegemonia política existente no Brasil, a partir da incorporação de milhares aos frutos do desenvolvimento” (MANSUR, 2021, p. 60).

Para aquela metamorfose, dois elementos ganham significativa relevância: a expansão do consumo interno para os setores da base da pirâmide social via o acesso ao crédito; e a resignificação do sentido de "justiça social" a partir de um forte viés mercantil (vide o exemplo da expansão do ensino superior através de fortes vínculos privados com o PROUNI e o FIES ou da política habitacional do "Minha casa minha vida"), além da adoção de medidas focalizadas e compensatórias no combate à extrema pobreza, concebidas como políticas de "redistribuição de renda".

No que se refere a Política Social temos acordo com Behring (2018) quando esta destaca que mesmo com a diminuição da relação dívida/PIB, acompanhado de relativa queda temporária das taxas de juros, os gastos com a dívida continuaram sendo objeto prioritário ao orçamento público. Nesta lógica, o que se desenvolveu foi o contrário da universalidade, equidade e integralidade no acesso às políticas sociais. Mas, a sua focalização com forte seletividade e baixo custo, ao mesmo tempo em que se constituíram processos privatizantes (de forma direta e indireta) sobre a base objetiva dos direitos sociais fundamentais, como visto na área da educação, da saúde e da assistência social.

A interpretação desse cenário nos remete aos fundamentos da formação social brasileira, mais precisamente o reforço das relações de dependência sustentadas por uma "democracia de cooptação" que emerge como possibilidade de integração esterilizante das pressões dos "de baixo", permitindo a articulação política "entre os mais iguais" em nova forma; e promove, ao mesmo tempo, o consentimento das classes e pressupõe interesses-valores variados em conflito na cena política e, que no nosso entendimento, foi edificada numa democracia participativa cuja gênese se encontra na Estratégia Democrático- Popular, encampada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) (MARQUES, 2015).

3. Quais ações o Governos Lula desenvolveu para o segmento negro em (2002-2010)?

Face as problematizações brevemente elencadas anteriormente, cabe-nos refletir, a particularidade das respostas expressas nos governos Lula, em seus dois primeiros mandatos (2003-2010) para o segmento negro.

Inicialmente cabe destacar que o movimento negro participou ativamente da luta contra o regime autoritário em fins dos anos 1970 e início dos anos 1980, seus parceiros de luta contra a ditadura não apoiaram a formação de uma efetiva frente de apoio à luta antirracista no mesmo período. Reprimida pela situação, que entendia a discussão racial como questão de segurança nacional, e rejeitada pela oposição, que a compreendia a partir do viés econômico, a bandeira da luta contra o racismo foi mantida pelas organizações oriundas da comunidade negra e por algumas das lideranças negras envolvidas em movimentos populares.

Apesar dos esforços desses movimentos para tal, a negação de uma questão racial no Brasil e o silêncio sobre ela continuaram, nessa época, sendo uma regra, não só para a elite dirigente brasileira, mas também para a maioria das organizações da sociedade civil (partidos políticos, centrais sindicais, sindicatos de trabalhadores, sindicatos de empresários, movimentos sociais, igrejas – católica e protestante – entre outros). Mesmo entre essas últimas, foram raras as instituições que enxergaram uma questão racial no país.

No início da década de 1980, na movimentação política que constrói a estratégia democrático-popular, começam a surgir os partidos políticos e vários ativistas negros passaram a adotar a estratégia de uma dupla militância (MACHADO e RODRIGUES, 2015), realizada dentro e fora dos partidos. Na consolidação desses partidos, dentro da democracia burguesa PMDB, PDT e PT, sagrando-se vencedores em eleições locais e estaduais, algumas reivindicações do movimento negro passaram a ser transformadas em políticas governamentais.

Ao longo da década de 1990, a relação entre movimento negro e Estado, em nível nacional, “oscilava entre o conflito e a cooperação/assimilação” (MACHADO e RODRIGUES, 2015). Entre 1988 e 1994 o único mecanismo institucional efetivamente implantado foi a Fundação Cultural Palmares, criada na gestão de José Sarney.

Ainda de acordo com Machado e Rodrigues (2015) durante o governo FHC (1995-2002), assiste-se a uma expansão de oportunidades políticas engendradas pelo movimento negro em seu processo de institucionalização. Dois eventos são especialmente marcantes nesse período. Em 1995, o movimento negro organiza, por ocasião da celebração dos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares, a Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, onde se realizaram discussões sobre reparações e políticas de ação afirmativa, assumindo de vez uma postura de confronto em relação à falsa neutralidade do Estado brasileiro frente às desigualdades raciais.

Por ocasião da Marcha Zumbi dos Palmares, o governo federal assinou um decreto criando o Grupo de Trabalho Interministerial de Valorização da População Negra (GTI). A função desse grupo era discutir e propor políticas de ação afirmativa para a população negra nos mais diversos âmbitos do Estado e sociedade civil, com especial atenção para políticas na educação, mercado de trabalho, saúde, cultura e comunicação.

Internacionalmente o evento que ganha destaque é a III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância (3a CMR), realizada de 31 de agosto a 8 de setembro de 2001, em Durban, África do Sul, “representa o grande marco, tanto pelos seus desdobramentos quanto por materializar, em certa medida, um processo de consolidação e visibilidade política das organizações negras que se iniciou nos anos 1980” (MACHADO e RODRIGUES, 2015, p. 29). Nestes termos, aquela luta por reparações e políticas de ação afirmativa, que foi ganhando corpo dentro das organizações negras ao longo da década de 90, tornou-se central a partir da 3a CMR, em que as mais diversas organizações se aglutinaram em torno de tais reivindicações.

A participação do Brasil foi expressiva durante os eventos preparatórios e na 3a CMR propriamente dita. A delegação brasileira foi a maior entre todas as delegações presentes em Durban, contando aproximadamente 600 integrantes; o segundo cargo na hierarquia da Conferência Mundial contra o Racismo, o de Relatora Geral, ficou a cargo de Edna Roland, uma importante ativista negra brasileira, e a consolidação do termo afrodescendente de forma consensual para definição dos descendentes de africanos negros escravizados fora da África bem como a proposição de políticas reparatórias para

os afrodescendentes foram conseguidas graças ao protagonismo de militantes brasileiros.

No Brasil, pós-Durban foi iniciada uma consolidação institucional da questão racial no país. O governo brasileiro comprometeu-se, pela primeira vez na história, a enfrentar o problema das desigualdades raciais. Por conta desse comprometimento, algumas medidas começaram a ser tomadas, como destacam Machado e Rodrigues, (2015, p. 30),

A Secretaria de Direitos Humanos criou o Conselho Nacional de Combate à Discriminação Racial (CNCD), cujo objetivo era incentivar a implementação de políticas de ação afirmativa. Alguns ministérios iniciaram, já em 2001, programas de ação afirmativa, mas sem apresentar resultados muito expressivos. Também em 2001 é instituído o primeiro programa de ação afirmativa para ingresso de estudantes negros no ensino superior público brasileiro.

até o governo Lula, a relação entre movimento negro e Estado era de exterioridade, com os ativistas cumprindo o papel de reclamantes, mas com baixa inserção institucional. Nesse governo, militantes do movimento negro passam a ocupar cargos em órgãos governamentais e a ter voz ativa na formulação e gestão de políticas públicas. Por essa razão, com a ascensão do PT ao poder, impõe-se um ritmo mais acelerado a um amplo conjunto de mudanças no panorama das relações raciais brasileiras que, nos governos anteriores, ficaram apenas na intenção ou tiveram alcance reduzido. Adensasse, portanto, na administração petista, o caráter eminentemente proativo do Estado em relação à elaboração de políticas públicas racialmente sensíveis (LIMA, 2010, p. 82).

A criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em março de 2003, representa a principal conquista do movimento negro contemporâneo. A Seppir não apenas passou a garantir uma visibilidade sem precedentes às demandas de ativistas do movimento negro como os incorporou ao aparato estatal, possibilitando que contribuíssem de maneira mais efetiva para a definição e acompanhamento de políticas públicas.

Ainda em 2003, duas outras instituições voltadas para a proposição de políticas públicas: o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR), órgão colegiado de caráter consultivo vinculado à SEPPIR, cujo objetivo é propor políticas de combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação e de promoção da igualdade racial; e o Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (FIPIR), entidade que congrega organismos executivos estaduais e municipais –

secretarias, coordenadorias, assessorias, entre outras – voltados para a questão racial, com o intuito de articular os esforços dos três níveis de governo para implementar políticas de promoção da igualdade racial.

Durante o Governo Lula também foram realizadas duas Conferências Nacionais de Promoção da Igualdade Racial (CONAPIR). A primeira, realizada em 2005, teve como objetivo a formulação de um Plano Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, além de avaliar a atuação da SEPPIR na promoção da igualdade racial. A segunda CONAPIR, realizada em 2009, deu continuidade aos trabalhos iniciados no encontro anterior e procurou consolidar e avaliar a implementação do Plano Nacional proposto em 2005.

Adensa-se, portanto, na administração petista, o caráter eminentemente inclusivo-ativo do estado em relação à elaboração de políticas de ação afirmativa.

Desde a experiência pioneira da UERJ que, em 2003, recepcionou sua primeira turma de estudantes admitidos a partir do programa de cotas raciais e sociais, várias pesquisas, debates políticos e discussões na grande mídia têm buscado corroborar ou refutar a validade de tal formato de ação afirmativa para o caso brasileiro. Segundo Gomes:

As ações afirmativas podem ser entendidas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero e de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego. [...] Em síntese, trata-se de políticas e mecanismos de inclusão concebidas por entidades públicas, privadas e por órgãos dotados de competência jurisdicional, com vistas a concretização de um objetivo constitucional universalmente reconhecido – o da efetiva igualdade de oportunidades a que todos os seres humanos têm direito (GOMES, 2001, p. 39-41).

Segundo, Rodrigues (2014, p. 172) “no Brasil, as políticas de ação afirmativa partem, em princípio, da ideia de promoção de igualdade de oportunidades, em uma vertente muito próxima à definida por Marshall (1967)”. Ao mesmo tempo em que conflui uma visão de luta contra o racismo apresentada “como um ideal democrático de maior igualdade de condições”, e como um esforço visando “ao reconhecimento de status e de dignidade, que passa pela partilha do poder e pelo igual acesso aos bens materiais e as posições de prestígio” (D’ADESKY 2001, p. 23).

Até 2012, cerca de 70 universidades públicas estaduais e federais contavam com algum programa de ação afirmativa. Desse total, 56% são federais; e 44% estaduais. A implantação, em 2007, do Reuni (Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) exerceu grande influência para que mais universidades iniciassem programas de inclusão. Assim, em 2008, 53 instituições federais de ensino aderiram ao Reuni, e uma parte significativa dessas instituições propuseram programas de ação afirmativa. Sendo que, 77% dos programas de ação afirmativa em curso até 2012 partiram de iniciativas dos próprios conselhos universitários, os 23% restantes foram implementados por força de leis estaduais. (DAFLON; FERES; CAMPOS, 2013).

No que se refere a saúde, a partir da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, na África do Sul, em setembro de 2001, é o documento produzido a partir do Workshop Interagencial sobre Saúde da População Negra, em Brasília, no ano de 2001, por iniciativa do PNUD e da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), que contou com a presença de diversos profissionais de várias organizações internacionais, do Movimento Negro e de representantes da academia. O documento reconhece a ausência do Ministério da Saúde no enfrentamento das questões raciais e define a área de saúde da população negra como uma área de estudo inter e transdisciplinar.

Esse documento também é a base para a construção da PNSIPN (ALMEIDA, 2013; BRASIL, 2011), aprovada por unanimidade no Conselho Nacional de Saúde (CNS), em 2006, consolidando assim a responsabilidade do SUS em promover ações favoráveis à saúde da população negra.

Em 2009, foi instituída, por meio de portaria MS n.o 992\2009, a PNSIPN, cujo objetivo é

promover a saúde integral da população negra, priorizando a redução das desigualdades étnico-raciais, o combate ao racismo e à discriminação nas instituições e serviços do SUS (BRASIL, 2009).

Inclui ainda nos seus objetivos específicos

o acesso da população negra do campo e da floresta, em particular as populações quilombolas, às ações e aos serviços de saúde (BRASIL, 2009).

No ano seguinte, com a aprovação da lei n.º 12.288/10, que institui o Estatuto da Igualdade Racial, marcado por intensos conflitos entre as organizações do Movimento Negro, foi aprovado o capítulo da saúde baseada na portaria do Ministério da Saúde, ampliando assim a abrangência da responsabilidade do Estado sobre a temática.

Em pesquisa de Araújo e Teixeira (2016, p. 200), ao dialogarem com feministas negras vinculadas a ONGs identifica-se

às políticas de saúde do Governo Federal, a maioria enfatiza o fracasso das políticas em produzir uma mudança do perfil de morbimortalidade da população negra, chamando a atenção para a insuficiência dos recursos, bem como apontando a priorização de ações de alta complexidade e a insuficiência das ações de prevenção e promoção. Uma das lideranças atribui isso à disputa dos interesses do mercado por dentro do Estado, no setor público, responsabilizando o governo pela omissão diante do interesse público (ARAÚJO E TEIXEIRA, 2016, p. 200).

4. Considerações Finais

De fato, quando observamos (2002-2010), período que abarca os dois primeiros mandatos dos governos Lula, identificamos um investimento em formulação de Planos, Programas e legislações que tratem dos direitos das pessoas negras. Contudo, observa-se que o eixo central das ações dos governos Lula para o segmento negro na área da saúde e educação centraram-se naquilo que era a estratégia democrático-popular “participacionismo” por meio dos conselhos e “democratização do Estado” por meio da constituição dos Planos e Programas, que não se sustentavam nas discussões essenciais de orçamento, o que é fundamental para a manutenção e longevidade das ações.

Ao mesmo tempo, os planos e programas ficam circunscritos a cartas de intenções do governo em relação ao segmento, se considerarmos que se as ações ficam estrita a esfera do Poder Executivo, sua implementação é pouco ou quase nada atravessada pelos demais fatores a que o debate do racismo remete: as complexas disputas e interesses num capitalismo periférico e dependente cujos traços antipopular e contrarrevolucionários são fortes e presentes traços da nossa burguesia, a falta de capacidade de disputa orçamentária que a pauta racial parece ter face “aos graves e históricos” problemas do país, a própria superação do racismo que atravessa o conjunto da sociedade e das instituições e que tem como maior antagonista o mito da “democracia racial”.

Assim, sem desconsiderar a importância desse processo para o segmento, eles não são capazes de romper com os traços ultraconservadores da nossa sociedade brasileira, ao mesmo tempo, é preciso destacar que as movimentações dos Governos Lula contribuíram para arrefecer as pautas mais críticas e posicionamentos mais críticos e autônomos do movimento face a realidade, como o foi para o conjunto da classe trabalhadora.

Cabe também destacar, que estes “avanços”, contudo, foram impactados pelos processos sociais que se desenvolveram no país do golpe de 2016 às eleições de 2018. Cujas retórica marcante, entre outros traços, tem forte recurso moralizante reatualizando tanto, a “ética na política” como, o forte traço de repulsa aos programas sociais; com uma defesa da “meritocracia”; e a suposta denúncia dos “vagabundos” (MIGUEL, 2019) e, do debate em torno das sexualidades e comportamentos.

O terceiro Governo Lula (2023-2026) que ocorre na sequência imediata destes processos e, que marcam, o fortalecimento da extrema direita e, de um projeto reacionário no país, reatualiza em outro patamar a questão democrática e, no nosso entendimento tornam atuais as reflexões que fazemos neste material.

Referências

ALMEIDA, Marcos.V.B. **Caminhos da Política Nacional de Saúde da População Negra: Ideias, Atores, Interesses e Institucionalidade**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) – Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013.100f.

ARAÚJO, Marcos V. R. de, e TEIXEIRA, Carmem F. **As organizações do Movimento Negro e o processo de implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (2006-2014)**. In: TEIXEIRA, Carmem F., **Observatório de análise política em saúde: abordagens, objetos e investigações** [online]. Salvador: EDUFBA, pp. 187-225. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788523220211.0007>. Acesso em 13/05/2026.

BEHRING, Elaine R. **Estado no capitalismo: notas para uma leitura crítica do Brasil recente**. BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine; LIMA, Rita de L.de (orgs.). **Marxismo e política social e direitos**. São Paulo, Cortez, 2018.

BRASIL, Sandra A. **A Política de Saúde da População Negra no Brasil: atores políticos, aspectos étnico-raciais e principais tensões do campo**. Dissertação (Mestrado em Saúde Comunitária) – Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. 147 f.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa.

Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS** / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. – 3. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009.

D'ADESKY, Jacques. **Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismos e antirracismos no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

DAFLON, Verônica T.; FERES JR., João; CAMPOS, Luiz A.. **Ações Afirmativas Raciais no Ensino Público Brasileiro: um panorama analítico**. Cadernos de Pesquisa, v. 43, n. 148, p. 302-327, 2013.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **Ação Afirmativa e Princípio Constitucional da Igualdade**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

LIMA, Marcia. **Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula**. Novos Estudos, 87, p. 77-95, 2010.

LULA PRESIDENTE. **Programa de Governo 2007/2010**. Disponível em: http://old.pt.org.br/portaltpt/images/arquivos/plano_governo.pdf. Acesso: 13/05/2006 2023.

MACHADO, Frederico Viana e RODRIGUES, Cristiano Santos Rodrigues. **Movimentos negros e LGBT no governo Lula: desafios da institucionalização segmentada**. Estado, ambiente e movimentos sociais. Florianópolis: ABRAPSO, Edições do Bosque. (p. 22-45), 2015.

MANSUR, Isabel. **Corda Bamba: o lulismo como metamorfose e realização da estratégia democrático-popular**. Marília: Lutas Anticapital, 2021.

MARQUES, Morena Gomes. **Em busca da Revolução Brasileira: uma análise crítica da estratégia Democrático-Popular**. Santa Catarina: Prismas, 2015.

MIGUEL, Luís F.. **A reemergência da direita brasileira**. In: GALLEGU, Esther Solano (org.) **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2019.

RODRIGUES, Cristiano dos S.. **Movimentos negros, Estado e participação institucional no Brasil e na Colômbia em perspectiva comparada**. Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos. 2014. 249 f.

TOLEDO, Caio Navarro de. **A modernidade democrática da esquerda: Adeus a revolução?** Crítica Marxista, nº 01 São Paulo: Brasiliense, (p. 27-38), 1994.